

Divida Externa **A necessidade de negociar**

JORNAL DA TARDE

28 SET 1990

Encerrada ontem, a duas semanas do início da renegociação da dívida externa do Brasil com os bancos particulares, a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em Washington, foi o palco ideal para que banqueiros e representantes de governos credores cobrassem das autoridades brasileiras, com a veemência possível, o reinício do pagamento dos juros, suspenso desde julho do ano passado.

Do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus; dos representantes dos sete maiores países industrializados ao **chairman** do Chase Manhattan Bank, Thomas Lebreque, todos insistiram na necessidade de o Brasil regularizar sua situação junto à comunidade financeira internacional, pagando os juros atrasados, que somam cerca de US\$ 8 bilhões. O **chairman** do Deutsche Bank, Hilmar Kopper, chegou a ver "má vontade" na forma como o governo brasileiro vem tratando a questão.

Apesar de todas essas pressões, integrantes do governo do Brasil que se encontram no Exterior, a começar pelo presidente Fernando Collor de Mello, reafirmaram o princípio que os negociadores brasileiros levarão à mesa de negociações: somente um acordo que o País possa cumprir sem sacrificar seu desenvolvimento será assinado.

Quanto mais nos aproximamos do dia 10 de outubro, quando começa o encontro com os banqueiros, no entanto, mais as pressões e as resistências estarão sendo substituídas pela necessidade de negociar — e da maneira mais construtiva possível. O governo brasileiro, de sua parte, já começa a revelar alguns pontos concretos de sua proposta. No caso da dívida oficial, contraída junto ao Clube de Paris, o Brasil propôs que os vencimentos previstos para 1990, 1991 e 1992, que somam cerca de US\$ 4,5 bilhões

por ano, sejam revistos, de modo que o pagamento anual seja reduzido para US\$ 500 milhões.

A proposta a ser feita aos bancos credores no segundo dia de negociações (o primeiro dia será dedicado à exposição do programa econômico do governo; o segundo, à exposição da proposta brasileira; e o terceiro, à reação inicial dos banqueiros) estará vinculada a um acordo com o Clube de Paris e também ao comportamento do preço do petróleo. Isso porque os representantes do governo brasileiro pretendem convencer os credores de que todo o dinheiro que pode ser pago no Exterior está num cofre só, que se chama "capacidade de pagamento". O que um receber a mais, outro terá de receber a menos.

O problema é que cada credor quer receber o que lhe é devido e isso faz prever que as negociações serão complicadas, mas, de acordo com o governo, não chegarão ao confronto. O impasse, na verdade, não interessa a ninguém. Se não chegar a um acordo com o Brasil, os bancos verão cair ainda mais a cotação dos títulos da dívida brasileira negociados no mercado secundário, onde hoje valem apenas 30% de seu valor de face. Além disso, os bancos norte-americanos, responsáveis pela maior parcela dos créditos concedidos ao Brasil, estão em situação difícil por causa da quebra do sistema de poupança e empréstimo dos EUA e precisam retirar a dívida brasileira da lista de seus problemas.

Tampouco interessa ao governo brasileiro manter uma pendência com a comunidade financeira internacional. Para voltar a crescer de acordo com a taxa histórica média de 6% ao ano, o Brasil precisa ampliar muito seus investimentos e, para isso, não pode prescindir do apoio externo, seja sob a forma de novos empréstimos, seja sob a forma de investimentos de risco.

Mas o jogo — que poderá durar mais tempo do que desejam os dois lados — ainda está no começo.